



# DA INVISIBILIDADE À RESISTÊNCIA: MULHERES E O COMÉRCIO AMBULANTE NA HISTÓRIA DA CIDADE

**Lia Maria Gomes Bahia**

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura | lia.bahia@fau.ufrj.br

**Valci Rubens Oliveira de Andrade**

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Escola de Belas Artes e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura | rubensdeandrade@eba.ufrj.br

---

## Sessão Temática 09: Cidade, história e cultura em disputa

---

**Resumo:** O presente artigo parte do estudo acerca da corporeidade inserida no campo dos estudos sobre a cidade, o que encaminha a compreender o corpo como elemento e agente de sua conformação. Neste sentido, é proposta uma reflexão acerca da historiografia reconhecendo outras narrativas que incluem agentes que foram silenciadas ou invisibilizadas ao longo da história da arquitetura e do urbanismo, sendo neste trabalho abordado o caso das mulheres que realizam o comércio ambulante, o qual está entrelaçado à origem de muitas cidades. Assim, a intenção deste artigo é demonstrar como as mulheres exercem um papel fundamental na história e na dinâmica urbana através do comércio ambulante, além de como a sociabilidade e a performatividade inerentes às trocas comerciais podem ser interpretados como mecanismos de resistência feminina no espaço público. Para isso, perpassa-se desde a origem desta prática nas ruas do Rio de Janeiro e sua relação com as dinâmicas urbanas atuais, juntamente com uma análise pautada no gênero feminino e reconhecendo interseccionalidades que demarcam a territorialidade de muitas ambulantes.

**Palavras-chave:** Comércio ambulante; Espaço público; Sociabilidade; Mulheres; Corpo.

## FROM INVISIBILITY TO RESISTANCE: WOMEN AND STREET COMMERCE IN THE CITY'S HISTORY

**Abstract:** *The present article is based on the study of the body within the field of urban studies, which leads to understanding the body as both an element and an agent in the shaping of urban spaces. In this sense, the article proposes a reflection on historiography, recognizing other narratives that include agents who have been silenced or rendered invisible throughout the history of architecture and urbanism. Specifically, the paper addresses women involved in street commerce, a practice that is deeply intertwined with the origins of many cities. Thus, the aim of this article is to demonstrate how women have historically played a fundamental role in urban history and dynamics through street vending, and how the sociability and performativity inherent in commercial exchanges can be interpreted as mechanisms of female resistance in public spaces. To do so, the article traces the origins of this practice in the streets of Rio de Janeiro, exploring its relationship with current urban dynamics, along with an analysis grounded in gender and recognizing the intersecting factors that mark the territoriality of many street vendors.*

**Keywords:** *Street commerce; Public space; Sociability; Women; Body.*

---

## DE LA INVISIBILIDAD A LA RESISTENCIA: MUJERES Y COMERCIO AMBULANTE EN LA HISTORIA DE LA CIUDAD

**Resumen:** *El presente artículo parte del estudio de la corporeidad inserida en el campo de los estudios sobre la ciudad, lo que lleva a comprender el cuerpo como un elemento y agente en la conformación del espacio urbano. En este sentido, se propone una reflexión sobre la historiografía, reconociendo otras narrativas que incluyen a agentes que han sido silenciados o invisibilizados a lo largo de la historia de la arquitectura y el urbanismo. En este trabajo se aborda a las mujeres que realizan el comercio ambulante, una práctica que está entrelazada con el origen de muchas ciudades. Así, la intención de este artículo es demostrar cómo las mujeres han ejercido históricamente un papel fundamental en la historia y dinámica urbana a través del comercio ambulante, y cómo la sociabilidad y la performatividad inherentes a los intercambios comerciales pueden ser interpretadas como mecanismos de resistencia femenina en el espacio público. Para ello, se aborda el origen de esta práctica en las calles de Río de Janeiro y su relación con las dinámicas urbanas actuales, junto con un análisis basado en el género femenino y el reconocimiento de las interseccionalidades que marcan la territorialidad de muchas vendedoras ambulantes.*

**Palabras clave:** *Comercio ambulante; Espacio público; Sociabilidad; Mujer; Cuerpo.*

## INTRODUÇÃO

Ao refletir sobre a concepção do urbano e da sociabilidade no espaço público no Brasil a partir da historiografia da arquitetura e do urbanismo, o papel das mulheres é retratado de forma passiva no período correspondente à urbanização, entre os séculos XVIII e XX. Elas aparecem enclausuradas no ambiente doméstico, quase sempre acompanhadas no espaço público ou então trabalhando nele, de modo a servir as necessidades da sociedade, sendo pouco reconhecidas enquanto figuras emblemáticas na constituição do espaço público. Tal problemática é um reflexo do silenciamento, do controle e da repressão exercidas pela colonialidade (Quijano, 2005) que tem como estrutura o machismo e o racismo.

Além disso, a repercussão da narrativa histórica contada pelo ponto de vista hegemônico, cuja predominância é masculina, consolida os grandes cânones que compõem a historiografia da arquitetura e do urbanismo, tendo a perspectiva feminina excluída desse processo por séculos, como a arquiteta e urbanista argentina Zaida Muxí Martínez (2024) demonstra em seu livro *Mulheres, Casas e Cidades*, ao reconhecer grandes nomes de mulheres desde o século XIX à contemporaneidade, mostrando suas contribuições e inserindo o protagonismo feminino no pensamento urbano e arquitetônico. Sendo assim, a postura de reconhecer e assumir o papel das mulheres, assim como das minorias socialmente excluídas no processo de concepção do urbano, encaminha a enxergar novas perspectivas e a criar novos contornos da história da cidade a partir de narrativas diversas a fim da valorização destes agentes em sua constituição, além de ser uma tentativa de reparação histórica, na contemporaneidade, diante das desigualdades geradas pelos constantes processos de exclusão ao longo do tempo, como relembra a arquiteta e urbanista Joice Berth (2023) ao refletir sobre o contexto brasileiro.

Ao tratar sobre a presença e a experiência feminina no espaço público, desde o período de urbanização à contemporaneidade, é pertinente considerar como se deu o movimento das mulheres pelas ruas no Brasil e como a presença delas se relaciona com especificidades sociais impostas pelo contexto da época, sobretudo a partir das construções sociais como a classe, o gênero e a raça que limitam a experiência urbana dos grupos que são subalternizados. Diante deste contexto, o movimento de ocupação e de emancipação das mulheres nas ruas do Brasil é envolto por estratégias de resistência que tem como origem o trabalho comercial ambulante, sobretudo sua intensificação durante o processo de modernização das cidades no século XIX. Posto isso, a intenção deste artigo é refletir sobre como as mulheres historicamente exercem um importante papel no processo de concepção do urbano e da sociabilidade urbana através do comércio ambulante ao ocuparem as ruas e, ainda, como a sociabilidade e a performatividade inerente às trocas comerciais podem ser interpretados como mecanismos de resistência feminina no espaço público.

Assim, este artigo traça um panorama histórico a fim de evidenciar o papel emancipatório de mulheres no processo de constituição e funcionamento da cidade do Rio de Janeiro, mas que também é característico de várias outras cidades brasileiras, por meio do comércio realizado

nas ruas. Ao perpassar pelas histórias das cidades, tendo como foco a partir do processo de urbanização, apesar de suas variações, no geral, a presença das mulheres no espaço público é constantemente driblada ou resistida. Assim, ao investigar as interações estabelecidas entre o corpo feminino e o espaço público, que aqui são mediadas pelo comércio ambulante, é possível colocar em evidência as reivindicações do ser e do estar na paisagem enquanto ato de resistência que ainda são presentes na contemporaneidade, mas que, ainda assim, estabelecem relações com a origem dessa prática.

Deste modo, este trabalho é dividido em duas principais partes, a primeira trata-se de um resgate histórico o qual além de auxiliar na compreensão da circulação e experiência de mulheres no espaço público, também ajuda a elucidar a interrelação da prática do comércio ambulante com o estabelecimento de sociabilidades urbanas, além de sua influência na geração do tecido urbano na área central do Rio de Janeiro. Já a segunda parte aborda sobre as interseções entre classe social, raça e gênero que historicamente atuam como organizações sociais e que caracterizam o perfil socioeconômico de muitas trabalhadoras ambulantes. Ainda, ao fazer uma análise pautada no gênero feminino e reconhecendo interseccionalidades presentes entre alguns dos corpos de mulheres que praticam o comércio ambulante, nota-se características em comum que demarcam a perpetuação desta prática realizada por elas, assim como a sua territorialidade no espaço público, já que o trabalho também passa a assumir um sentido ontológico. Entender a dinâmica de construção da cidade através de atores foram silenciados e apagados neste processo ao longo do tempo, encaminha a percepção da permanência de algumas dinâmicas socioespaciais e das questões que as envolvem, as quais se relacionam com características identitárias.

## **O PAPEL DAS MULHERES NA CONSTITUIÇÃO DO TECIDO E DA SOCIABILIDADE URBANA ATRAVÉS DO COMÉRCIO REALIZADO NO ESPAÇO PÚBLICO**

Muitos corpos foram e ainda são excluídos e reprimidos no pensamento urbano, seja no que diz respeito ao projeto, na historiografia da arquitetura e do urbanismo, nas políticas públicas ou no próprio uso cotidiano dos espaços. Corpos de mulheres, de crianças, de idosos, de pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+, negras e dos povos originários compõem a minoria, não em números, mas ao ter o seu direito à cidade validado e atendido. Daí a dificuldade de encontrar registros acerca da experiência urbana diante da falta de reconhecimento desses corpos como protagonistas no processo de formação das cidades. Apesar de haver muitos estudos que abordam aspectos culturais e sociais desses grupos no campo das ciências sociais, como na história, na antropologia e na psicologia, ainda é necessário que se tenha maior inserção deles no âmbito da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano, que age diretamente na construção e desconstrução da cidade, sustentando ou desestabilizando ideologias que são impressas na arquitetura dos espaços, o que também implica na maneira como são vivenciados.

Diante da supremacia masculina, questionar o direito à cidade sob a perspectiva dos grupos socialmente excluídos, é uma pauta que se faz presente e necessária. Neste sentido, com a intenção de abarcar as pautas que envolvem a relação entre os corpos de mulheres, comércio ambulante, interseccionalidades e formas de resistência nos espaços públicos, é traçado um breve panorama histórico, o qual é apoiado na fundamentação teórica que faz uma revisão bibliográfica sobre os temas abordados.

Ao compreender a experiência e a ocupação feminina no espaço público brasileiro através da atividade comercial, percebe-se que ela está imbricada na conformação urbana, seja no seu tecido, quanto na sociabilidade que se estabelece a partir das relações de performatividade inerentes às trocas comerciais no espaço público. Assim, traz à tona o questionamento acerca de como o espaço público pode ser interpretado como um lugar de emancipação feminina, mesmo sendo um espaço de dominação masculina, que, no caso do Rio de Janeiro teve como ponto de partida a prática do comércio ambulante realizado por mulheres africanas.

## O COMÉRCIO DAS QUITANDEIRAS, AS PRIMEIRAS RUAS E O CULTIVO DE SOCIABILIDADE URBANA

Desde o período colonial da então cidade São Sebastião do Rio de Janeiro, fundada no século XVI, seus espaços eram marcados pela presença e percorridos por trabalhadoras negras deportadas de África, conhecidas como quitandeiras, as quais realizavam o comércio varejista de alimentos e demais produtos essenciais que faziam parte do cotidiano da cidade, além de homens escravizados “de ganho” e mascates que vendiam manufaturas. Atividade esta que intensificou-se durante o processo de modernização das cidades no século XIX.

De acordo com Schumacher e Brazil (2007), o termo quitanda, *kitanda*, é de origem quimbundo, língua da família banta de Angola, e designa o comércio de rua realizado exclusivamente por mulheres em Luanda e em outras zonas comerciais da África Ocidental. A dinâmica desse mercado ocorria de maneira muito semelhante nas cidades brasileiras no período colonial. Ainda segundo os autores, na maioria dos casos, o trabalho das quitandeiras era em prol de suas subsistências, pois eram mulheres negras que nasceram livres e libertas, ou então escravizadas “de ganho” que trabalhavam nas ruas gerando renda para seus senhores com objetivo de conseguir sua alforria ou de seus familiares. Assim, considerando as limitações do regime escravista, as quitandeiras possuíam liberdade de circulação por terem condições diferentes quando comparadas às outras pessoas escravizadas, apesar das inúmeras restrições que o governo e as classes dominantes impunham a elas, como licença para comercializar, pagamento de impostos, fiscalização de mercadorias e delimitação dos locais onde eram permitidas circular.

Ainda assim, a presença das quitandeiras era vista pelas autoridades como uma ameaça à economia e à ordem urbana. Mas, ao mesmo tempo, elas eram essenciais para o funcionamento da cidade, o que mantinha a sua atividade nas ruas a partir das constantes negociações com as autoridades. Sobretudo no período pós-abolição, marcado por um grande

contingente de trabalhadores nas ruas, as quitandeiras eram encaradas como ameaça pelo governo da época devido o engajamento delas nos movimentos da população negra e mestiça, como nas revoltas e nos embates policiais; a sua contribuição na formação dos quilombos, onde repercutiam as formas de ser e de viver da cultura afro-brasileira; por propagarem a cultura e práticas culturais através de tradições, como a dança, a música, a religião e a culinária, por exemplo, tendo em vista que estas expressões tornam-se as principais armas políticas para a permanência da cultura das populações negras e originárias frente ao silenciamento do regime colonial; além do papel delas na economia, visto que com o monopólio de alguns setores comerciais no final do século XVIII, algumas quitandeiras começaram a contratar ex-escravizados que haviam conseguido sua alforria há pouco tempo, gerando empregos. Além disso, apesar de serem exceções, algumas comerciantes passaram a participar do mercado imobiliário e financeiro da cidade, como aponta Fernando Vieira de Freitas (2015) em sua tese.

A influência das quitandeiras no âmbito da sociabilidade urbana pode ser evidenciada através da história de Sabina (Figura 1). Como o historiador Luiz Antônio Simas (2023) conta, Sabina das Laranjeiras foi uma quitandeira que teve sua mercadoria confiscada por policiais em 1889 após alguns de seus clientes republicanos, estudantes de medicina, terem arremessado suas laranjas na carruagem do Visconde de Ouro Preto como uma provocação política, já que ele representava o Império. Com isso, Sabina, uma mulher negra, foi quem acabou sendo prejudicada. Porém, ao saberem da arbitrariedade, os clientes de Sabina fizeram uma passeata pelas ruas da região central do Rio de Janeiro que foi repercutida até nos jornais e, anos mais tarde, na revista teatral *A República*. Como efeito, a polícia permitiu o retorno comercial da quitandeira.

Mesmo perpassando brevemente pela história de Sabina, nota-se a relevância do papel das mulheres no comércio de rua na construção de redes de cooperação e senso de coletividade. Nesta história, a atitude dos clientes ao tomarem as ruas é fruto da relação que foi estabelecida entre a comerciante e eles, o que vai além da comercialização por si, mas as interações que pertencem à esfera da sociabilidade que foi construída. Além disso, pode-se colocar em evidência a repercussão de saberes-fazeres relacionados ao comércio de rua ao longo do tempo e dos espaços, tendo em vista que esta atividade é herança de uma prática realizada no território africano por mulheres que foram traficadas dele para o Brasil. Assim, não se trata apenas do que é produzido para o comércio, como as mercadorias, mas a forma como os corpos das comerciantes se incorporam com o trabalho, o qual extrapola ser um meio de tirar o sustento, mas que se relaciona com as formas de serem e de estarem representadas na paisagem.

Figura 1:



Nota: Lambe-lambe na Rua da Quitanda referente à obra *Oração a Nossa Senhora das Quitandeiras DJ Sabina das Laranjas*, de Luiz Gustavo Nostalgia, localizada no Centro, Rio de Janeiro (RJ).  
Fonte: os autores, 2024.

O movimento de deslocamentos e apropriações dos vendedores e vendedoras ambulantes pelo Centro da cidade do Rio de Janeiro, além de disseminarem ideais, criarem redes de influência e de resistência, seguem a expansão urbana cujos espaços ocupados se tornam pontos de encontro e vetores de crescimento, como indica Freitas (2015), evidenciando como as quitandeiras e demais comerciantes acompanharam o processo de interiorização e expansão da cidade carioca no século XIX.

Assim, a apropriação das ruas pelo comércio ambulante está associada à forma como o tecido urbano vai sendo gerado. Tal aspecto indica exemplos de alguns dos rumos que a expansão urbana adquire, sobretudo no que diz respeito ao desenho orgânico das primeiras ruas, interligadas ao cais, onde chegam as mercadorias nas embarcações, como ocorria no Mercado da Praia do Peixe (Figura 2), que era reconhecido como o lado africano da cidade por causa do comércio popular (Wanderley, 2019). Também a importância de se ter a presença do comércio ambulante para suprir o acesso aos alimentos e serviços à população durante o processo de interiorização, fato que contribui para a fixação de moradores nas áreas recém-ocupadas já no século XIX, como as regiões da Lapa e da Glória, cujo projeto de expansão urbana da Câmara conta com a presença estratégica do mercado das quitandeiras como garantia de acesso ao comércio justamente com o objetivo de os moradores fixarem-se na região, enfatizando o papel expressivo dessas mulheres na sociedade pré-republicana

(Freitas, 2015), suprindo a alimentação, para a formação dos quilombos e a sua importância na economia e na reprodução da cultura.

Figura 2:



Nota: Mercado da Praia do Peixe, fotografia de Juan Gutierrez, Rio de Janeiro, 1897.  
Fonte: Acervo do Museu Histórico Nacional.

A transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado gera o aumento de ambulantes nas ruas. Há neste momento, uma onda migratória para a região Sudeste do país decorrente da ascensão da economia cafeeira. Há a chegada de europeus, os quais foram incentivados pelo governo e que viriam a trabalhar nas fábricas e nos mercados municipais construídos para armazenar o excedente industrial, para abastecer e suprir a demanda da população que aumentou, além de ser uma medida do urbanismo higienista promovido pelo governo de conter a contingência dos trabalhadores nas ruas, já que prezava pela estética e pelo ordenamento do espaço urbano, tendo em vista os conflitos de interesses entre os comerciantes das ruas e os anseios da elite que habitava o mesmo local (França; Rezende, 2010). Dessa forma, o mercado ambulante torna-se alvo da ordem urbana. Com isso, o governo passa a agir intensificando as medidas de repressão e aumentando os impostos, porém, não é suficiente para impedir a resistências dos ambulantes, os quais mesmo com a construção dos mercados, ainda circulam no seu entorno, ocupam e apropriam dos espaços públicos da cidade.

Assim, a história do comércio de rua no Brasil está intrinsecamente ligada ao regime escravista e a imigração de muitos europeus, especialmente na segunda metade do século

XIX, que buscavam nas ruas formas de sobreviver. Porém, é importante demarcar, como alerta Joice Berth (2023), que tanto a substituição do trabalho escravo pelo assalariado que viria a ser exercido em grande parte por imigrantes europeus pobres, quanto a estratégia de embranquecimento da sociedade pela política eugenista, implicam na divisão racial do trabalho e do espaço urbano, o que também é evidenciado pela localização onde estes trabalhadores vão habitar a cidade, como a noção que separa o centro da periferia. Nas palavras da autora: "as cidades são o chão onde todas as ideologias segregacionistas e negacionistas se sustentam, se materializam e ganham forma" (Berth, 2023, p.72). Dessa maneira, é possível perceber como a atuação do poder sociopolítico age mediante as diferenças econômicas e biológicas a fim de segregá-las hierarquicamente, atuando sobretudo sobre a classe, a raça e o gênero, transformando-as em organizações sociais. Quanto mais um grupo social é oprimido e segregado, menos mobilidade social ele possui, já que mais direitos a ele são renegados.

Já com relação às migrações internas, uma das mais expressivas delas para o Rio de Janeiro é a chegada de pessoas alforriadas vindas do estado da Bahia buscando melhores condições de vida e que vão ocupar a região conhecida como Pequena África. A região torna-se um lugar de centralidade no que diz respeito à disseminação de aspectos religiosos, culturais, artísticos e econômicos das populações afrodescendentes. Ainda, conforme Lopes e Simas (2023), no *Dicionário da História Social do Samba*, a partir dos anos de 1870, a Pequena África corresponde ao território que marca a comunidade baiana do Rio de Janeiro que habita a região que hoje corresponde às proximidades da Praça Mauá, referente as antigas localidades e freguesias da Cidade Nova, de Santana, do Santo Cristo, da Saúde e da Gamboa. Foi ainda o berço do samba urbano carioca.

## AS TIAS BAIANAS E A NOÇÃO DE COLETIVO

É também nesse contexto do final do século XIX, que surge a figura das "Tias" ou "tias baianas". Conforme a historiadora Angélica de Almeida (2013), as Tias são matriarcas que exercem papel de liderança feminina na religião e na cultura afro-brasileira de classes populares, sendo permeadas pelas noções de ancestralidade, territorialidade e tradição, as quais são expressas a partir da propagação de saberes-fazer os quais são detentoras:

Progenitoras, líderes, rezadeiras, cozinheiras, sambistas, quituteiras, quitandeiras, organizadas, conscientizadas, mães de santo, estas tias manipulam tantos códigos que chegam a concorrer com outras formas de organização. Outrora, as tias eram o grande esteio da comunidade negra, responsáveis pela nova geração que nascia carioca: eram elas as chefes de famílias extensas e muitas frentes familiares se formavam a partir do crivo de uma tia. (Almeida, 2013, p.36)

Além de sua expressividade no âmbito territorial, as Tias também exercem influência no espaço público, criando interlocuções entre diversos grupos sociais. Contudo, essa articulação muitas vezes provém do espaço doméstico, de suas casas e quintais, onde são realizadas várias das práticas culturais, como as festas de santo para celebrar suas entidades religiosas

e ancestrais, além das rodas de samba. A casa, nesse contexto, não representa apenas a individualidade ou o espaço privado, mas carrega a noção de coletivo (Almeida, 2013), o que diverge da construção do papel social da mulher burguesa ou de elite cujo espaço doméstico é envolto pelo confinamento e pela posição de subordinação ao domínio patriarcal. Neste sentido, a separação entre o espaço público e privado expresso pelo urbanismo higienista, ao codificar esses dois espaços, surge como um mecanismo de controle da mobilidade de grande parte das mulheres burguesas e de classes mais altas, as quais eram estimuladas a frequentar espaços específicos da cidade, como os teatros e os passeios das orlas conhecidos como *footing* (Veloso, 1990). Apesar disso, e principalmente devido ao confinamento e a posição de subordinação ao domínio patriarcal, o espaço doméstico também pode ser um local de silenciamento e de violência para muitas mulheres até hoje, problema que atinge todas as classes sociais. Já se olharmos sob a perspectiva das Tias, a noção da casa enquanto um espaço de empoderamento, que também exerce a função pública e política, rompe com a dicotomia moderna que delinea os limites entre o espaço público e privado que parte para o sexismo ao determinar o “lugar de mulher” ser dentro de casa, e do homem, na rua.

Os cortiços são também locais onde a ideia de coletividade está presente, tendo em vista sua organização social e espacial, onde alguns cômodos são compartilhados pelos moradores. Almeida (2013), ao lembrar a obra *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, publicado em 1890, aponta a diversidade dos moradores pertencentes a classe baixa que são retratados pelo autor vivendo juntos. Contudo, o gerenciamento das tarefas domésticas e, portanto, do funcionamento e liderança destes locais também eram tarefas atreladas ao papel feminino, onde ainda produziam e comercializavam alimentos. Dessa maneira, apesar de estarem inseridas em um espaço doméstico e exercendo tarefas de mesmo teor, as mulheres articulavam e gerenciavam duplamente a vida privada e coletiva dos cortiços. Possuindo ainda uma ligação maior com o espaço público e demais locais da cidade onde muitas trabalhavam.

## A FEIRA DAS YABÁS E O PROTAGONISMO FEMININO

Mais uma expressão que demonstra a influência das Tias no espaço público ainda na contemporaneidade é através das manifestações socioespaciais nos espaços livres da cidade, como nas rodas de samba, no comércio de rua e nas feiras livres. Um desses exemplos é a Feira das Yabás que tradicionalmente ocorre na Praça Paulo da Portela do bairro Oswaldo Cruz, na Zona Norte do Rio de Janeiro desde 2008, mas que também vem sendo realizada na área externa do Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), localizado no bairro Centro. Tradicionalmente, a Feira das Yabás acontece no segundo domingo do mês no bairro Oswaldo Cruz, reunindo apresentações musicais e a culinária típica carioca com objetivo de resgatar e perpetuar a memória da cultura do samba que marca o território reconhecido como “Grande Madureira” em um grande almoço de domingo.

A palavra da língua iorubana, *Yabá*, exalta a figura feminina e refere-se às Orixás mulheres das religiões de matriz africana, e significa “Mãe Rainha”. Neste sentido, a Feira das Yabás é

uma referência ao papel das mulheres na perpetuação da cultura afro-brasileira, que na feira é evidenciada sobretudo através da culinária, homenageando as matriarcas de Madureira e de Oswaldo Cruz, as quais estão presentes nas barracas de alimentos e nas apresentações musicais.

A reunião de pessoas para uma das principais refeições do dia, tradicionalmente, é uma característica da cultura brasileira. Apesar dessa reunião fazer referência a um grupo de pessoas que possuem vínculo familiar em volta de uma mesa para compartilhar o almoço, a autora Adelaide Chao (2015;2020), que dedica vários de seus estudos sobre a Feira das Yabás, chama de exosociabilidade a “sociabilidade entre pessoas sem vínculo familiar” (Chao, 2015, p.37). Neste sentido, a feira promove o encontro entre pessoas de diferentes localidades para compartilhar o momento do almoço.

Os autores Simas, Rufino e Haddock-Lobo (2020) ao abordarem a perpetuação da cultura popular pelas Tias, chamam de “armação da vida” as festividades e expressões culturais engajadas por estas mulheres, que são um mecanismo delas serem protagonista da sua própria vida e que também cultiva outras vidas ao ser compartilhada, o que ocorre através da sociabilidade que estas práticas provocam. Os autores propõem compreendê-las enquanto “culturas solidárias” e “culturas de contra-ataque” ao invés de culturas que sobrevivem à lógica dominante ou que acontecem às margens dela, pois trata-se de manifestações que reafirmam as origens brasileiras. Através da cultura, populações socialmente subalternizadas assumem protagonismo da própria vida e, para isso, criam redes comunitárias e sociabilidades que extrapolam os grupos sociais os quais pertencem, envolvendo também outros indivíduos ou coletivos que queiram participar.

É interessante perceber que apesar da invisibilidade no reconhecimento de seu protagonismo e influência social, muitas dessas mulheres mobilizam as camadas populares através de sua circulação pela cidade e pela sua forma de interagir com o espaço público no cotidiano, criando sociabilidades e redes de contato entre outras pessoas ao disseminarem informações e a cultura. Ou seja, como Monica Veloso (1990) sinaliza, não se trata de acordos formais, mas saberes e influências que se estabelecem no cotidiano na luta por sobrevivência:

Enfim, trata-se de “outros” poderes e saberes, que nada têm a ver com o aspecto formal, pois são extraídos do dia-a-dia, apreendidos na própria batalha pela sobrevivência. As mulheres pertencentes às camadas populares são, portanto, capazes de “driblar” os olhos do poder, oferecendo mecanismos de socialização alternativos aos de uma sociedade regulada pelo tempo fabril. No seu cotidiano, essas mulheres se desdobram em múltiplas e infindáveis tarefas que extrapolam a temporalidade formal. Invisibilidade na produção, poder e saber informal, vinculação direta com o cotidiano, enfim, esse é o universo onde se movem as mulheres das camadas populares. Tal universo contrasta visivelmente com os valores ideológicos dominantes. (Veloso, 1990, p.220)

O comércio ambulante é historicamente um fator determinante na constituição e funcionamento do Rio de Janeiro e de várias outras cidades brasileiras, sobretudo o papel emancipatório das mulheres nesse processo, pois foram mulheres as responsáveis por suprir

as necessidades alimentares da população, fato que garantia a fixação de moradores no território e colaborava com a noção do espaço público enquanto espaço de sociabilidade, de conflitos, de disputas, de negociações e de resistência. Além disso, o caminhar e a permanência dessas mulheres em determinados locais eram um dos fios condutores que indicava o processo de interiorização e de ocupação da cidade, além de sua importância para a economia e na repercussão da cultura afrodescendente, senão brasileira.

## **INTERSECÇÕES ENTRE CLASSE SOCIAL, RAÇA E GÊNERO NO COMÉRCIO AMBULANTE**

### **QUEM SÃO AS MULHERES QUE AINDA REALIZAM O COMÉRCIO AMBULANTE?**

O breve panorama histórico feito até então demonstra que apesar das diferenças culturais, podemos perceber o perfil socioeconômico que caracteriza grande parte das vendedoras ambulantes, o que também é perceptível através das análises estatísticas. Uma matéria publicada na Revista Gênero e Número<sup>1</sup> a partir de uma pesquisa realizada pelo IBGE no ano de 2021, durante a pandemia de Covid-19, constatou que o Rio de Janeiro ainda é a cidade que possui maior número de pessoas realizando o comércio ambulante nas ruas de todo o país. Apesar de sua origem ser um trabalho predominantemente feminino, no ano em que a pesquisa foi feita, a cidade contava com 58% dos trabalhadores homens, mesmo assim, as mulheres têm presença expressiva, correspondendo a 42% dos ambulantes. Porém, no que diz respeito à raça, ainda se mantém o predomínio de pessoas negras, visto que que 68% dos ambulantes são homens e mulheres negras. Ainda, as mulheres negras correspondem a 28% de todos os ambulantes. Basta analisar os dados estatísticos e cruzar com a história para perceber que o trabalho comercial ambulante é fruto de uma construção histórica que tem como base a organização social. Assim, tendo em vista estes dados que evidenciam o predomínio de pessoas negras exercendo o trabalho informal e considerando o contexto latino americano, como nos relembra Berth, temos que nos dar conta de que “[...] o racismo é o alicerce das estruturas que construíram este [o Brasil] e outros países das Américas” (Berth, 2023, p.18).

No ano de 2023, outra matéria sobre ambulantes no carnaval do Rio de Janeiro, que foi publicada no site do Jornal Nacional<sup>2</sup>, demonstra que dentre os dez mil vendedores cadastrados na prefeitura, as mulheres eram a maioria, as quais eram responsáveis pelo sustento da família e buscavam uma renda extra. Diante do que foi exposto, fica evidente que há uma triangulação entre o gênero, a classe social e a raça que assemelham diversas mulheres que trabalham no comércio ambulante: são mulheres de baixa renda e muitas delas são negras, fato que se relaciona com a história dessa prática nas ruas de várias cidades brasileiras.

Neste sentido, ao haver segregação e hierarquização a partir das características identitárias, como classe, raça e gênero, as quais são pautadas nas diferenças econômicas e biológicas,

cria-se um sistema de opressão. Ainda, ao haver interseccionalidades (Crenshaw, 1989) entre estas características, contribui para a intensificação da vulnerabilidade de grupos e indivíduos diante do sistema de opressão, dominação ou discriminação que contribuem para a sua subalternização.

Ainda há mais uma questão que marca a presença de mulheres no comércio ambulante e que também caracteriza a produção e comercialização de seus produtos por várias delas. O fato de muitas serem chefes de família e mães solo fazem com que o trabalho no comércio ambulante seja uma possibilidade de inserir-se no mercado de trabalho, já que o formato e as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) são inviáveis diante das demandas e dos desafios enfrentados no cotidiano da maternidade que exigem flexibilidade.

Muitas dessas dificuldades são geradas pela falta de rede de apoio, de amparo social, de políticas públicas e de assistência social governamental ou institucional, que acaba gerando sobrecarga de trabalho doméstico e atenção às demandas familiares em muitas mulheres. Além disso, a carência de assistência social ainda leva a privação de mulheres pobres e em vulnerabilidade social ao acesso básico à moradia e à alimentação. A autora bell hooks ao enfatizar que a “a pobreza se tornou uma questão feminina central” (Hooks, 2018, p.66), aponta que as tentativas de desmantelamento de políticas públicas são feitas pela supremacia do poder político composta por homens brancos e conservadores, os quais sustentam a estrutura patriarcal cujo homem é visto como provedor. Assim, a solução oferecida às mulheres é a submissão a essa estrutura. Porém, o poder público ao desconsiderar a realidade marcada pelo desemprego, nem homens nem mulheres são capazes de conquistar sua emancipação econômica, muito menos sustentar uma família, além do fato de que, mesmo tendo condições financeiras, muitos homens não se responsabilizam pelo sustento econômico de mulheres e seus filhos.

Diante da realidade marcada pelo desemprego, discutir o comércio ambulante e repensar o significado do trabalho informal realizado por homens e mulheres torna-se uma pauta importante, já que é uma maneira de muitas pessoas inserirem-se no mercado de trabalho ou até mesmo para sair da pobreza. Mais ainda, pensar a esfera desse trabalho sob a perspectiva do gênero é emergente, pois, diante das interseccionalidades, há ainda mais fatores que aumentam o grau de vulnerabilidade de muitas mulheres. Ao analisar o contexto de trabalhadoras ambulantes é possível identificar fatores econômicos e sociais que se inter-relacionam, como a luta pela independência econômica atrelada a desafios como a maternidade; longas jornadas de trabalho, considerando também o trabalho doméstico; o enfrentamento de preconceitos, como o racismo; a vulnerabilidade à violência doméstica ou no espaço público, fatores que são gerados pela desigualdade de gênero.

## **O SABER FAZER NO COMÉRCIO REALIZADO POR MULHERES**

Assim, considerando o contexto de mulheres marcado pelos fatores acima expostos, o processo de produção do que é feito para ser comercializado antes de chegar na rua ou na

feira, também passa a pertencer ao cotidiano dos afazeres domésticos. Ou seja, mesmo que o momento de comercialização aconteça no espaço público, os produtos são produzidos no ambiente doméstico, como é o caso de artesãs, costureiras, cozinheiras e artistas. Diante disso, o “ser mulher” e o “ser ambulante” marcam a territorialidade de muitas mulheres no comércio realizado no espaço público, seja caminhando pela cidade ou nas barraquinhas dispostas nas ruas, nas praças ou nas feiras, já que o trabalho passa a ter um sentido ontológico.

Neste sentido, ao mesmo tempo em que ocupar o espaço público, o qual foi pensado para o usufruto masculino, é uma atitude de resistência feminina, a sua experiência também é limitada por torna-se alvo da violência. Berth explica o assédio ou até mesmo a agressão física como uma “forma de violência e retaliação da presença feminina como resposta à invasão de um espaço que não lhe pertence” (Berth, 2023 p.184). Ainda, é pertinente considerar que corpos de crianças, de idosos, de homens gays ou que não se enquadram nos padrões heteronormativos sofrem com a feminilização e, com isso, a violência de gênero também atua sobre eles.

Ao interligar o breve resgate histórico que oferece demarcadores acerca da relação entre a origem do comércio ambulante no Brasil e a sua conjuntura atual no que diz respeito ao perfil socioeconômico, cultural e características comportamentais de muitas mulheres que permanecem no comércio ambulante, percebe-se que existe uma diversidade de práticas e expressões culturais que podem ser expressas nessa atividade. Apesar das especificidades de cada uma, o saber-fazer mostra-se como uma característica que demarca o trabalho e que também pertence ao cotidiano e a domesticidade de muitas mulheres. Os saberes-fazer estão na produção da mercadoria ou até mesmo na forma de comercializá-la, de interagir com os clientes, com os demais comerciantes, com a forma de dispor e apresentar os produtos, com o lugar e demais elementos espaciais, são ações nas quais a performatividade se faz presente, inclusive como uma tática de sobrevivência no espaço público, tendo em vista a vulnerabilidade à violência e as limitações exercidas pela lógica dominante, as quais são incessantemente dribladas. Também, nesses modos de fazer podem ocorrer a repercussão da memória, da identidade e da ancestralidade. O corpo molda-se e dribla com o espaço público o qual faz parte da domesticidade de muitas mulheres.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Reconhecer o papel de atores invisibilizados na construção da história da cidade é assumir a sua diversidade e, portanto, a pluralidade de narrativas históricas que a compõem, ampliando a historiografia da arquitetura e do urbanismo. Ainda, é uma tarefa necessária considerar como as questões sociais estão historicamente enraizadas no desenvolvimento urbano e quais mudanças são necessárias para quebrar os paradigmas da noção de progresso civilizatório que é encabeçado pelo domínio hegemônico.

Neste sentido, tratar sobre a história do comércio ambulante sob uma abordagem interseccional, a partir do cruzamento entre questões relativas ao gênero, raça e classe social elucidada várias questões que contribuem para a subalternização tanto desta prática quanto das pessoas que a realizam ainda nos dias atuais.

O comércio ambulante, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, ainda é tratado como um problema de ordem urbana e que se relaciona com a preocupação dos setores hegemônicos com a imagem estética da cidade, já que a apropriação do espaço público ocorre de forma indesejada pelo ponto de vista destes setores. Por meio desse discurso, ações repressivas e até mesmo violentas são realizadas contra muitos ambulantes, haja vista que os trabalhadores ambulantes da cidade do Rio de Janeiro estão subordinados à Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP-RJ) ao invés da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda (SMTE-RJ) que deveria corresponder a esse grupo, tendo em vista a geração de renda pelo comércio ambulante. A SEOP apenas criminaliza a categoria, não oferecendo garantias trabalhistas e inclusão para quem desempenha esta atividade. A discussão acerca da regularização é uma pauta constante nas lutas sindicais e levadas para debates públicos ainda no ano de 2024, reunindo ambulantes, a Comissão de Cultura e a Comissão de Trabalho e Emprego na Câmara Municipal<sup>3</sup> a fim do reconhecimento desta prática como parte da história e da cultura da cidade, além da reivindicação de seus direitos trabalhistas.

Além do reconhecimento da importância do comércio ambulante na história da formação de muitas cidades brasileiras e da sua permanência na dinâmica e na cultura urbana atual, refletir acerca do papel das mulheres enquanto agentes percursoras dessa prática no espaço público, espaço este que é negado a elas ao longo dos séculos, significa tratar sobre a reivindicação do seu direito à cidade e, mais ainda, reconhecê-las enquanto protagonistas dela, tendo em vista a influência das quitandeiras na abertura das primeiras ruas, no processo de interiorização e expansão da cidade no século XIX, na formação de quilombos, além da repercussão da cultura e da sociabilidade.

Ainda, no que diz respeito às Tias, a presença delas marca a ancestralidade, a territorialidade e a tradição ao longo do tempo, sobretudo a influência delas na identidade de muitos subúrbios cariocas, os quais originam-se em decorrência da desapropriação da moradia da população que ocupava os morros localizados no centro da cidade, como os Morros do Castelo, de Santo Antônio e do Senado que sofreram desmonte durante as reformas de Pereira Passos (Abreu, 1997). Também seu papel na territorialidade de locais que de alguma forma resistem às transformações da área central, como na Pequena África, além da apropriação do espaço público ao comercializarem alimentos, como nas feiras e barracas dispostas nas ruas.

No que tange a interseccionalidade, é possível perceber a partir dos dados históricos e estatísticos que foram apresentados, o predomínio de mulheres negras e majoritariamente pertencentes às classes sociais mais baixas exercendo o comércio ambulante. Neste sentido, este trabalho é uma alternativa que visa a busca por melhores condições de vida e como

forma de inserir-se no mercado de trabalho. Ainda, é importante considerar fatores como a maternidade e a posição de chefe de família que muitas mulheres assumem, o que influencia na inserção delas nesta prática. Assim, pode-se concluir que a permanência de muitas mulheres no comércio ambulante é uma questão social que está imbricada na forma como se deu o desenvolvimento urbano atrelado às construções sociais, sobretudo como a raça e o gênero influenciaram na concepção do papel da mulher na sociedade, o qual é repercutido pela colonialidade, sendo ela estruturada pelo racismo e pelo machismo.

Ainda assim, em vários casos, a presença das mulheres no comércio ambulante é uma forma de resistir e se dá de maneira estratégica. Recapitulando o que foi citado ao longo do texto, uma “armação da vida” (Simas; Rufino; Haddock-Lobo, 2020), onde elas são protagonistas da própria vida e que também cultivam outras vidas ao serem propulsoras e gerenciadoras de sociabilidades, seja ela dentro de um núcleo familiar, de um vínculo identitário, ou fora dele, como nas práticas socioespaciais realizadas no espaço público. Assim, a sociabilidade e a performatividade podem ser interpretadas também como mecanismo para a criação de redes que articulam a relação estabelecida entre as ambulantes e o espaço público, através das relações de troca estabelecidas no comércio, além de ser uma maneira de se colocarem enquanto protagonistas neste espaço, enquanto gerenciadoras de interações e marcando sua territorialidade.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. A evolução urbana do Rio de Janeiro. 3ªed. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

ALMEIDA, Angélica Ferrarez de. A Tradição Das Tias Pretas Na Zona Portuária: por uma questão de memória, espaço e patrimônio. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

BERTH, Joice. Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

CHAO, Adelaide Cristina Rocha de la Torre. Comida de subúrbio: cultura, memória e comensalidade das yabás da Grande. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

CHAO, Adelaide Cristina Rocha de la Torre. Comunicação e Cultura: a Feira das Yabás. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Comunicação Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. "Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". University of Chicago Legal Forum, p. 139-167, 1989.

FRANÇA, Carolina; REZENDE, Vera. O desaparecimento do Mercado municipal Praça XV, fator na formação do espaço público na cidade do Rio de Janeiro. I Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2010.

FREITAS, Fernando Vieira de. Das Kitandas de Luanda aos tabuleiros na terra de São Sebastião: Conflitos em torno do comércio das Negras Quitadeiras na cidade do Rio de Janeiro do século XIX. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, 2015.

HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. Tradução Ana Luiza Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LOPES, Nei (1942); SIMAS, Luiz Antônio. Dicionário da História Social do Samba. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

MARTÍNEZ, Zaida Muxí. Mulheres, Casas e Cidades. Editora Olhares; 1ª ed., 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Org. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico V. Mulheres negras no Brasil. São Paulo: Senac, 2007.

SIMAS, Luiz Antônio. O corpo encantado das ruas. 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz; HADDOCK-LOBO, Rafael. Arruaças: uma filosofia popular brasileira. 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

VELOSO, Monica. As tias baianas tomam conta do pedaço: Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990, p.207-228.

WANDERLEY, Andrea. "O Rio de Janeiro de Juan Gutierrez". Brasileira Fotográfica. Publicado em: 1 de março de 2019. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=mercado-da-praia-do-peixe>

---

<sup>1</sup> Fome, medo e falta de renda: a vida das ambulantes no primeiro ano de pandemia. Revista Gênero e Número. 30 abr. 2021. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/ambulantes-pandemia/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

<sup>2</sup> Mulheres são maioria entre ambulantes cadastrados para trabalhar no carnaval de rua do Rio. Jornal Nacional. Rio de Janeiro, 17 fev. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/02/17/mulheres->

---

sao-maioria-entre-ambulantes-cadastrados-para-trabalhar-no-carnaval-de-rua-do-rio.shtml Acesso em: 08 out. 2024.

<sup>3</sup> Debate público discute regularização dos ambulantes nas ruas do Rio de Janeiro. Câmara Rio Notícias. 21 jul. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LkD5GtXIAwA>. Acesso em: 24 set. 2024.